

MAIS BLOCO PARA UMA NOVA DINÂMICA DISTRITAL

O reforço do Bloco de Esquerda no Distrito de Setúbal implica uma nova dinâmica distrital, assente em dois pilares fundamentais:

1 – O fortalecimento do trabalho e da intervenção em todas as áreas e em torno de todos os problemas que afectam a vida dos trabalhadores e das populações afectadas pela austeridade e pelas políticas de direita.

2 – Inverter este momento delicado da vida do Bloco, marcado por um acentuado e prolongado declínio eleitoral e pelo funcionamento burocratizado e desligado dos aderentes por parte da Coordenadora Distrital.

1. FORTALECER O TRABALHO E A INTERVENÇÃO REGIONAL E LOCAL

1.1. Como qualquer outro distrito, o distrito de Setúbal é uma construção político-administrativa artificial, resultado da centralização do poder político em nome da construção do estado nacional. E, para além disso, é não só o mais recente, como o mais heterogéneo, e porventura um dos mais assimétricos distritos do país. São distintas, mesmo profundamente distintas, as realidades económicas, sociais e culturais que compõem o distrito de Setúbal – a península de Setúbal entre o Tejo e o Sado; a área portuária e industrial de Sines e todo o vasto território rural.

Entre o seu enorme e concentrado miolo urbano, a norte, depois de um acentuado processo de desindustrialização, gerador de largas áreas deprimidas e de exclusão social e a nova área de industrialização recente, a sul, passando pela vastidão da área rural, confinando com a planície alentejana e a grande propriedade recomposta mas praticamente inculta, acentuam-se as desigualdades em termos económicos, sociais urbanísticos e populacionais, o que dificulta fortemente as nossas capacidades de intervenção política e de crescimento partidário.

Os impactos da crise, da política de austeridade e do programa de recomposição capitalista selvagem afectaram o distrito quer ao nível das funções sociais do Estado quer das actividades económicas tradicionais. O desemprego constitui, aliás como no resto do país, um problema fulcral. No passado mês de Abril registava um valor acima da média nacional, colado aos 18%, com **mais de 65 mil desempregados inscritos nos Centros de Emprego, parte substancial dos quais são desempregados de longa duração.**

Num distrito em que o que subsiste de tecido industrial está fortemente polarizado no campus de Palmela, puxado pela Auto Europa e de forte incidência monoindustrial, mas que é predominantemente tercearizado,

não só sofre as oscilações e incertezas de um destino desenhado pelo sector automóvel, como o comércio local vai sendo asfixiado e liquidado pela proliferação de médias e grandes superfícies que se continuam a multiplicar e que absorvem uma **força de trabalho precária e sem direitos**, situação que se vive de modo ainda mais intenso nos call centers que aqui e ali se vão instalando.

O empobrecimento por via do desemprego, mas também da diminuição não só do salário real, como do próprio salário nominal, alarga a mancha de velhos e novos pobres e gera situações de insolvência familiar, com incapacidade total de assegurar os compromissos com a usura bancária, e conseqüente abandono das suas casas, por confisco ou despejo; assim como situações de fome, em relação à qual só o assistencialismo religioso tem estado no terreno.

O desmantelamento do estado social é particularmente patente na saúde, na protecção social e na educação, por via do subfinanciamento público, da degradação dos serviços, da inexistência de médicos de família, do fecho de algumas valências como se verifica com os hospitais do Barreiro ou do Litoral Alentejano; da sobrelotação das turmas nas escolas públicas; da deficiente alimentação em muitas cantinas escolares; a deterioração e insuficiência da rede de transportes públicos ou, ainda, do saque aos reformados e pensionistas.

Agrava-se o carácter periférico e a interioridade em muitos locais do distrito, com o **encerramento progressivo de postos de correio, extensões dos centros de saúde, escolas, tribunais e até repartições de finanças.**

No sul do distrito, o desenvolvimento do porto de Sines não tem sido acompanhado pelas indispensáveis infraestruturas rodoviárias e ferroviária. O eixo viário e a nova via férrea estão suspensos e as obras no IC33/IP8 e vias anexas num estado que põe em causa a própria segurança rodoviária.

A nossa intervenção local deve orientar-se para a defesa das populações no acesso aos serviços públicos e à justiça, não só ao nível da propaganda e do reforço da participação na imprensa local, como na articulação com a actividade parlamentar e nos órgãos autárquicos, nas iniciativas de massas em torno destes problemas ou, sobretudo, no desenvolvimento de movimentações reivindicativas nesse sentido.

O esforço de enraizamento político e social do Bloco faz-se ainda pela dinamização das associações culturais e sociais, das colectividades e cooperativas, dos movimentos formais e não formais e sobretudo nas empresas e nos serviços públicos, como as escolas e os hospitais.

É indispensável a nossa **presença nas Comissões de Trabalhadores e nos sindicatos, nas organizações de precários, de modo a estar activamente no mundo do trabalho**, sabendo adequar a nossa intervenção a este quadro de refluxo do movimento social, na perspectiva de que não será eterno. **As questões do trabalho, independentemente da sua articulação nacional, devem passar por dentro das coordenadoras concelhias**

como pela Coordenadora Distrital, ultrapassando esta inexplicável situação que se vive dentro do Bloco de compartimentação entre a organização territorial e as questões laborais.

A propaganda de direita tem intoxicado a opinião pública e tornado senso comum um conjunto de pontos de vista, com o objectivo de semear o conformismo e a inevitabilidade da destruição das conquistas sociais e do empobrecimento, o que exige uma **acção contra-hegemónica através de uma acção cultural que desmonte esse senso comum** e dispute esses sectores.

Saberemos nestes processos reforçar as nossas organizações locais numa perspectiva aberta, encontrando os interlocutores e os parceiros disponíveis para essas acções.

1.2. O caso recente da candidatura da Arrábida a Património da Humanidade organizada por algumas autarquias em colaboração com o governo, é um exemplo claro da actuação das autarquias do distrito. Essa iniciativa constituía um elemento estruturante da estratégia de desenvolvimento desta região e faliu. Como era de esperar as organizações internacionais consultadas pela Unesco para apreciar esta candidatura pronunciaram-se desfavoravelmente tendo em conta a dimensão das pedreiras, da cimenteira e do excesso de urbanização nas zonas limítrofes do Parque, incluindo até áreas sensíveis do mesmo.

A candidatura acabou por ser retirada pelos seus promotores para evitar uma reprovação formal, mas este processo não consegue iludir os erros cometidos pelas Câmaras controladas pelo PCP nesta região e que devem merecer a nossa oposição firme. As questões ambientais, e por conseguinte a qualidade de vida, são meramente instrumentais no discurso das câmaras de maioria CDU, cedendo sempre face aos interesses do imobiliário e do betão. Basta lembrar ainda os projectos “turístico” da Mata de Sesimbra que pretendia instalar milhares de pessoas e infra-estruturas numa zona protegida ou a enorme pressão urbanística para fins turísticos prevista para toda a faixa litoral alentejana do distrito, de Tróia a Porto Covo, que só estão suspensos por efeito da crise mais geral.

A falência da candidatura da Arrábida criou um vazio estratégico, pois tudo estava concentrado na aprovação dessa candidatura e é esse vazio estratégico que necessita ser debatido de modo a planear a intervenção articulada das concelhias do Bloco directamente confrontadas com esse problema.

O desenvolvimento da intervenção interconcelhia é adequado e útil nesta questão como noutras, designadamente nos domínios da saúde ou do acesso à justiça, na medida em que se trata da degradação e do encerramento de serviços públicos que servem vários concelhos, tanto a norte como a sul do distrito.

Do ponto de vista ambiental, o distrito debate-se com problemas muitos graves com que o Bloco tem de se preocupar, intervindo, desde a poluição que algumas empresas continuam a produzir, como é o caso da

Carmona em Azeitão, à contaminação dos antigos terrenos industriais no Barreiro ou na Margueira até aos maus cheiros e depósito de resíduos industriais a céu aberto na área de Sines.

Do ponto de vista do tratamento dos resíduos e do abastecimento de água, **o Bloco opõe-se à privatização da Amarsul e à privatização das águas, lutando por um grande sistema público de abastecimento de águas, onde se possam inclusivamente integrar os sectores entretanto privatizados e que devem regressar à exploração pública pelos municípios.**

O esforço traduzido nos diferentes programas autárquicos que apresentámos nas eleições de 2013 constitui uma **importantíssima base de trabalho para estruturar as nossas agendas de intervenção local.**

A organização do apoio aos nossos 44 autarcas eleitos, entre os quais 2 vereadores e 18 deputados municipais, implica articular essa actividade ao nível das concelhias e a nível distrital e nacional, pelo que **apoiamos a constituição de um grupo de trabalho autárquico e a realização de reuniões regulares para troca de experiências e debate sobre problemas específicos.**

Num distrito hegemonizado pelo PCP nas autarquias há que não abdicar do espírito crítico, da acutilância firme e sólida das nossas posições, particularmente em domínios ligados com o trabalho, as questões sociais, o ambiente, a qualidade de vida e a democracia local.

Por isso propomos:

- **Abordar as questões ambientais e urbanísticas, tão importantes num distrito como o nosso, bem como as questões culturais, pela sua dimensão social e pelos seus impactos sociais e políticos**
- **Promover um debate alargado a ambientalistas e activistas locais acerca do futuro da Arrábida como área privilegiada de estruturação de uma estratégia de desenvolvimento para a região**
- **Regressar à rede associativa, de grandes tradições históricas, como base privilegiada para a nossa intervenção**
- **Promover a articulação entre o trabalho autárquico e o trabalho no movimento associativo criando uma agenda própria de intervenção dirigida à juventude, aos idosos, à vida cultural em geral**
- **Multiplicar pequenos e grandes processos reivindicativos contra o desemprego e a precariedade e em defesa dos serviços públicos e das acessibilidades**

2. INVERTER ESTE MOMENTO DELICADO NA VIDA DO BLOCO

2.1. Dois anos depois das últimas eleições para a Coordenadora Distrital de Setúbal, o Bloco vive um momento particularmente difícil marcado pelo declínio da sua influência e pelo impacto das perdas eleitorais nas eleições autárquicas e europeias e também pela saída de muitos aderentes.

Só no Distrito de Setúbal, entre as legislativas de 2011 e as europeias de 2014, o Bloco perdeu 14.175 votos, isto é quase metade dos votos. E mesmo em relação às autárquicas de Setembro de 2013, onde não concorremos em dois concelhos, a quebra foi de 1249 votos. A soma dos votos do Livre, do PAN e do PCTP/MRPP foi, nas europeias, inclusivamente superior à nossa votação. A manter-se esta situação, a nossa própria representação parlamentar do distrito está seriamente comprometida.

Mesmo que a resposta às batalhas eleitorais tenha tido aspectos positivos, particularmente nas autárquicas, onde o terreno nos é mais adverso, verificaram-se acréscimos eleitorais em relação às legislativas de 2011; **mesmo que tenhamos mantido um nível esforçado de presença no espaço público; mesmo que tenhamos mobilizado aderentes, simpatizantes e amigos, isso não permitiu alterar um quadro orgânico marcado pela debilidade e pela erosão.** E é, registando mais uma vez a ausência, em fim de mandato, de qualquer balanço por parte da Coordenadora Distrital, que se impõe fazer por um lado esse balanço e por outro traçar perspectivas para o futuro.

2.2. A Coordenadora Distrital eleita há dois anos resultou de um processo eleitoral com duas listas, que concorreram separadamente com projectos e apreciações diferentes das potencialidades do distrito de Setúbal, quebrando com a tradição fundadora do Bloco que se baseava na constituição de listas únicas de base consensual. Esse processo foi enriquecedor e acabou por se reflectir no nível do debate político durante o período de campanha que antecedeu a eleição, mas foi igualmente útil por ter colocado de forma frontal o tema da democracia interna e da participação do conjunto dos aderentes na vida interna do Bloco.

Esse enriquecimento reflectiu-se, depois, **nas reuniões plenárias da coordenadora eleita, onde o debate político continuou a ser relevante no decorrer da maioria das suas reuniões, beneficiando do contraditório gerado entre as diferentes sensibilidades, mas que não teve correspondência na indispensável operacionalização de uma agenda política por parte do seu Secretariado, que se remeteu a tarefas meramente administrativas, que, sendo necessárias, deveriam, naturalmente, servir a iniciativa e a intervenção política.**

Com um deputado e três membros da Comissão Política no Secretariado da Coordenadora Distrital, porventura a maior densidade de dirigentes nacionais com funções executivas por distrital, se isso, por um lado, permitiu melhorar o nível político do debate, por outro limitou a indispensável disponibilidade e concentração desses camaradas no distrito, devidos às inúmeras outras tarefas em que estavam envolvidos, desde a absorvente

actividade parlamentar à incumbência de assegurarem tarefas centrais fundamentais ou acompanharem inclusivamente outras coordenadoras distritais no país. E este foi o aspecto que acabou por condicionar objectivamente a sua actividade no distrito de Setúbal, o que se viria a reflectir na capacidade de iniciativa e de resposta da Coordenadora Distrital.

A ligação da camarada deputada ao Distrito, quer através de visitas regulares e sistemáticas, bem como a articulação entre as suas iniciativas parlamentares referentes ao distrito e a organização distrital e local esteve longe de corresponder à dinâmica necessária.

A política de funcionários, por outro lado, foi circunscrita a uma dimensão burocrático-administrativa e, nestes dois anos, com três funcionárias diferentes, **nunca a Coordenadora Distrital definiu ou sequer foi ouvida sobre o perfil que deveria ter um funcionário distrital nem mesmo sobre os respectivos critérios de selecção. Trata-se de um aspecto particularmente grave de desvalorização da Coordenadora** nesses processos.

Por efeito destas circunstâncias, a Coordenadora Distrital circunscreveu-se praticamente só ao cumprimento dos calendários eleitorais e ao desdobramento de algumas iniciativas dispersas provenientes das campanhas nacionais do Bloco e mesmo assim, nalguns casos, com considerável atraso, como nas eleições europeias em que a planificação da campanha distrital foi apenas discutida um mês depois da Mesa Nacional que definiu as grandes linhas de orientação.

Deste modo, **não houve um projecto global de intervenção política para o Distrito de Setúbal, considerando as suas especificidades sociais, económicas e culturais, bem como a sua diversidade.**

As estruturas concelhias, salvo muito poucas excepções, são fracas, pouco estruturadas, de funcionamento irregular e apenas com capacidade de resposta em matéria de propaganda a partir de núcleos restritos de aderentes. Embora por mais de uma vez agendada, **a Coordenadora Distrital nunca discutiu o problema organizativo no distrito, nem sequer antes ou depois da Conferência sobre Organização. Nunca foi encontrado tempo para isso. E o mesmo sucedeu na Assembleia Distrital.**

Esta persistente subestimação do trabalho organizativo num quadro de declínio eleitoral tem efeitos nefastos particularmente onde a nossa organização sempre foi mais frágil, configurando quadros de desagregação e pulverização, como nos concelhos do sul do distrito, sem que tenha havido a mínima iniciativa de apoio e acompanhamento.

Deste modo, **a coordenadora eleita esteve longe de ser um organismo de coordenação e acompanhamento da actividade do Bloco no distrito, junto das concelhias e dos aderentes.** Pela sua própria natureza, decorrente em larga medida do modo como foi eleita, a sua composição reflecte uma desigual representação das concelhias, que não estiveram assim directamente ligadas à estrutura distrital.

É preciso **melhorar os canais de comunicação da coordenadora distrital com as estruturas concelhias e os aderentes individualmente**, que se têm mantido lassos e irregulares. **As minutas das reuniões da Coordenadora Distrital devem chegar regularmente às Concelhias e aos aderentes e a reunião presencial directa da Coordenadora com as concelhias** permitirá uma maior proximidade no apoio e no acompanhamento à actividade e à intervenção política.

A política de sedes deve ser encarada de frente. **A inexistência de sedes onde há eleitos locais é uma condicionante decisiva ao desenvolvimento do trabalho e da intervenção política local. E as sedes devem ser espaços de encontro, onde se prepara a intervenção política, onde se debate e reflecte, onde se apoiam as redes de sociabilidade à esquerda, espaços de tertúlia, de apoio a iniciativas unitárias.**

Mas não há actividade política persistente nem valorização do trabalho local e autárquico nem iniciativa sem estruturas de base consolidadas. A Coordenadora Distrital, apoiada num funcionamento colectivo, não se pode alhear nem demitir disso, **acompanhando as estruturas mais frágeis, organizando, incentivando a troca de experiências e de boas práticas, incentivando o cruzamento da agenda nacional com a agenda distrital e as agendas locais do Bloco.**

Por tudo isto propomos:

- 1. Reforçar o papel das Assembleias Distritais de Aderentes, como espaço de debate e de troca de experiências.**
- 2. Reforçar a democracia interna, mobilizando os aderentes e renovando o aparelho, de forma a fazer do BE um partido mais democrático, aberto a uma maior participação nas suas estruturas de decisão, instituindo a realização de reuniões regulares entre a Coordenadora Distrital e as Coordenadoras Concelhias.**
- 3. Abertura das reuniões da Coordenadora Distrital à participação das concelhias.**
- 4. Criação de um grupo de apoio distrital ao trabalho parlamentar, que sugira iniciativas parlamentares e que programe a deslocação regular do deputado pelo distrito.**
- 5. Encontro trimestral autárquico para troca de experiências e para cortar com o isolamento em que os eleitos do BE se encontram.**
- 6. Clarificação das competências e das áreas de actuação do funcionário distrital.**
- 7. Criação de uma estrutura subdistrital para apoiar a reorganização e a intervenção do Bloco na zona sul do Distrito.**
- 8. Favorecer a articulação inter-coordenadoras concelhias na preparação e implementação de processos de intervenção concretos.**

3. POR UMA NOVA ORIENTAÇÃO QUE INVERTA O ACTUAL CICLO DE PERDAS

O Bloco vem perdendo influência e isso não se deve apenas ao refluxo político e social que vivemos. Foram cometidos erros de orientação pela actual maioria que radicam no falhanço da linha política saída da última Convenção. Isso conduziu-nos a uma enorme fragilidade e a uma imagem pública de balcanização e desmembramento que exige uma reacção determinada e muita clarividência política. Essa inversão tarda a aparecer e o presente debate a propósito da eleição da Coordenadora Distrital deveria dar um forte contributo nesse sentido.

A recusa do Tratado Orçamental, a renegociação da dívida, o condicionamento da democracia por efeito do assalto à Constituição constituem um programa mínimo, cujo desdobramento a nível regional e local permitirá, por iniciativa do Bloco de Esquerda, unir todos os que podem ser unidos em múltiplos caudais de luta que possam desembocar num grande rio de mudança. Estes são os nossos grandes desideratos, em função dos quais nos apresentamos às eleições para a Coordenadora Distrital de Setúbal, em 2014.

Candidatos:

1. Adelino Fortunato - Sesimbra
2. Ana Lúcia Massas - Almada
3. Luís Pereira – Alcácer do Sal
4. André Antunes - Barreiro
5. Maria Jorgete Teixeira - Barreiro
6. Carlos Neves - Seixal
7. Roberto Robles - Seixal
8. Cândida Esteves - Almada
9. João Madeira – Santiago do Cacém
10. José Guerra - Sesimbra
11. Paula da Costa - Barreiro
12. Rogério Miranda - Setúbal
13. António Samara - Almada
14. Rosário Vaz - Barreiro
15. Fernando Faria Castro - Setúbal
16. José Ramos – Grândola
17. Luísa Ramos - Setúbal
18. Pedro Reis - Almada
19. Luís Filipe Caras Altas - Almada
20. Leonor Lemos - Almada
21. Albérico Afonso - Setúbal
22. Henrique Guerreiro - Palmela
23. Alice Brito - Setúbal
24. Joaquim Mota - Seixal
25. Rui Alberto Charneira – Sesimbra

Mandatário : Carlos Macedo